

NOTAS SOBRE A <sup>ALFABETIZAÇÃO</sup> ~~EDUCAÇÃO~~ TAPIRAPÉ

por:

Marília Lopes da Costa Facó Soares  
Tania Conceição Clemente de Souza

Relatório apresentado  
à Professora Doutora Yonne  
de Freitas Leite, executora  
do Projeto de Descrição e  
Documentação da língua Tapi  
rapé.

Museu Nacional/UFRJ  
Rio de Janeiro, 1º semestre de 1982

## 1 INTRODUÇÃO

Em trabalho de campo realizado nos meses de novembro e dezembro de 1981, na aldeia Tapirapé, apresentamos aos educadores que lá trabalham determinadas sugestões relativas a problemas que os mesmos, na consecução do projeto de educação Tapirapé, vêm encontrando ultimamente.

Baseamos nossas sugestões no relatório feito, em 1977, pela professora Yonne de Freitas Leite - executora do projeto de descrição da língua Tapirapé -, relatório esse que versa sobre propostas de grafia. Levamos em conta também as particularidades de que se reveste um código escrito e as relações indiretas existentes entre língua e escrita.

### 1.1 Crítérios adotados para a identificação de palavra e afixo

Entendemos como palavra uma estrutura constituída de raiz (elemento nuclear) mais formativo(s) obrigatório(s) (elemento(s) não-nuclear(es)) cuja ausência implica quebra de gramaticalidade de sentença. Para decidir se dado formativo é ou não afixo, adotamos o seguinte princípio: se não se pode provar que um formativo modifica palavra, então esse formativo é afixo.

Os formativos obrigatórios estão divididos em dois grupos: formativos que modificam uma raiz (ou palavra) sem modificar nenhuma combinação equivalente e formativos que modificam uma raiz (ou palavra) e qualquer combinação equivalente. Tal divisão dos formativos obrigatórios está baseada em Uspensky<sup>1</sup>.

Com relação aos formativos obrigatórios que modificam uma palavra sem modificar nenhuma combinação equivalente a essa pale-

vra, isto é, têm de ser repetidos em uma expansão equivalente, tem-se que são pré ou posposições; se modificam uma palavra e qualquer combinação equivalente a ela (portanto, uma seqüência de palavras) também são pré ou posposição, como em inglês

in a tall house

em russo

v vysokom dome

e em português

em uma casa alta

Para provar que um formativo modifica uma palavra, basta encontrar uma expansão equivalente em que o formativo em questão não modifique o todo. Em outros termos, para que um formativo seja classificado como modificador de palavra e de expansão equivalente a essa palavra, é necessário que o seja em todas as construções equivalentes. Assim é que, embora em português haja

em uma casa alta

em meu último trabalho

em que a preposição modifica o todo, em será considerado um formativo modificador de palavra, uma vez que na expansão equivalente (coordenada)

no dia, no mar, na terra

a preposição em tem de ser repetida para cada nova palavra que se acrescenta. Por outro lado, caso seja encontrada uma construção em

que determinado formativo modifique uma seqüência de palavras, fica provado que ele não é afixo.

## 2 PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS EDUCADORES

### 2.1 A representação gráfica dos glides

#### 2.1.1 Glide anterior

Conforme sugestão constante do mencionado relatório de Leite, dever-se-ia grafar como i as realizações [i] e [y] que ocorressem, dentro da palavra, até a posição tônica, com o fim de atender à flexibilidade existente na pronúncia. No entanto, os educadores apresentaram dúvidas sobre a grafia da realização [y] depois da posição tônica, uma vez que não sabiam a que unidade atribuir tal realização, se a /i/ ou /y/.

De acordo com Leite<sup>2</sup>, o fonema /y/ tem como alofones: [č], que ocorre em sílabas pré-tônicas; [y], que ocorre em sílabas pós-tônicas antecedido de vogal oral; [ñ], que ocorre em sílaba pós-tônica intervocálica antecedido de vogal nasal; [ỹ], que ocorre em declive silábico antecedido de vogal nasal. Ainda segundo Leite, a ocorrência de [y] em posição pré-tônica poderia ser atribuída a /i/, sendo resultante da aplicação da regra de assibilação de /i/. Em outras palavras, a realização [y] em sílaba pós-tônica só poderia ser atribuída a /y/, mesmo porque, nos casos apresentados como problemáticos pelos educadores, tais como

[ 'mayã ]

[ tu'payã ]

não se estava constatando variação na pronúncia. Pareceu-nos, assim, estar lidando com um falso problema.

Entretanto, os educadores argumentaram que, se fosse pedido aos alunos uma divisão silábica das palavras em questão, estes a fariam de modo a interpretar o glide anterior como vogal. Em face disso, levamos os alunos a fazer, intuitivamente, a divisão silábica das palavras problema. E, confirmando o que havíamos pensado, aqueles a realizaram interpretando o glide pós-tônico como segmento assilábico.

### 2.1.2 Glide posterior

A professora Eunice sugeriu, tendo em mente uma redução nos símbolos gráficos, que o glide posterior (/w/) fosse representado na escrita como u, a exemplo do português, em que, quer nos casos de hiato, quer nos casos de ditongo, se tem na representação gráfica um mesmo símbolo -u. Fez-se ver, porém, aos educadores que a esse respeito a situação, em português, é diferente da do Tapirapé.

Em primeiro lugar, em português pode-se interpretar o ditongo como seqüência de duas vogais dentro de uma sílaba, das quais uma -aquela que é alta- é realizada como segmento assilábico, em virtude de sua atonicidade<sup>3</sup>. Já em Tapirapé, os padrões silábicos (CV, CVC e V) levam à interpretação dos glides como consoantes.

Em segundo lugar, em português, a distinção na escrita entre hiato e ditongo é feita, na maior parte dos casos, com o auxílio de acento gráfico, que, por sua vez, se justifica devido ao fato de que o acento - falando-se em termos fonêmicos - não é previsível. Em Tapirapé, ao contrário, o acento é previsível (recai

sempre na última sílaba da raiz), o que justifica sua não-representação gráfica. Desse modo, mesmo que se quisesse interpretar o glide como participante, ao nível fonêmico, de um grupo vocálico e que, por isso, se optasse por representar na escrita o glide posterior como o, estar-se-ia criando um problema; a necessidade de se diferenciar na escrita o hiato do "ditongo".

Por último, uma decisão na escrita a respeito da representação do glide posterior (/w/) como o implicaria, evidentemente, uma revisão sobre a representação do glide anterior (/y/), o que, conforme o que se viu em 2.1.1, não tem condições de ser sustentado do ponto de vista fonológico.

## 2.2 A representação da glotal

Em trabalho realizado em 1980 na aldeia Tapirapé, o professor Antonio de Almeida sugeriu aos educadores a substituição do símbolo ' por h para representar a consoante glotal. A razão para tal mudança gráfica seria, segundo o professor Almeida, reservar o uso do apóstrofo para os casos de supressão de segmentos. E, segundo a educadora Eunice, haveria uma vantagem a mais na substituição proposta: o pronto reconhecimento na escrita, por parte do aluno, da consoante glotal, uma vez que muitas de suas alunas omitem, ao escrever, o apóstrofo, devido talvez ao reduzido tamanho desse sinal.

Com relação a esses dois problemas, sugerimos que:

- a) quanto à questão da omissão do apóstrofo na escrita, isso poderia ser contornado se a educadora realizasse com as alunas, em fase de alfabetização, exercícios de reconhecimento do perfil de palavras em cu-

ja grafia o uso do apóstrofo é um elemento indispensável; esse recurso é inclusive utilizado na alfabetização de falantes nativos de português, que apresentam, do mesmo modo que os falantes de Tapirapé, dificuldades na representação gráfica de certos símbolos - cedilha, por exemplo;

b) a substituição do apóstrofo por h não teria consequências positivas para a educação Tapirapé, porque não se estaria levando em conta aspectos da estrutura da língua, como:

- 1- o fato de haver uma unidade /h/, que, mesmo sendo de baixa frequência, não poderia deixar de ser representada na escrita, na qual, aliás, já se tem o símbolo h para representá-la.
- 2- o fato de que a eliminação na escrita do h relacionado a /h/ implicaria considerar toda realização [h] como sendo resultante da aplicação de uma regra de inserção de segmentos - o que é falso para a língua Tapirapé, visto que nesta se tem [h̃] alternando com Ø, como é o caso de [ãh̃a] 'eu vou', e [h] proveniente de /h/, como em [h̃ãh̃ã] 'dente dele';
- 3- o fato de que, caso se conservasse na escrita o h relacionado a unidade /h/ e se substituísse o apóstrofo (símbolo utilizado para a glotal) por h, estar-se-ia utilizando um mesmo símbolo para fonemas distintos.

Assim sendo, a referida proposta de substituição pareceu-nos inconveniente, além de ir contra uma escolha já consagrada: a utilização do apóstrofo para representar a glotal nas línguas indígenas do Brasil para as quais já foi estabelecida uma grafia.

2.3 O sândi externo

É bastante comum, em línguas naturais, a alteração ou queda de vogais e consoantes quando em posição de fronteira vocábular. No caso do Tapirapé, os educadores estavam interessados especificamente em determinadas mudanças e em sua representação ou não na escrita. São elas:

- a) a passagem de /t/ a /r/, quando a palavra seguinte se inicia por vogal, como em

/ayemamat/		[ačemámat]
/ayemamar sawo/		[ačemamařa'awo]
/ãtot/	'curto'	[ãtoč]
/kaŋẽ iator eiya/	'isso é curto'	[kãŋã.iatočey'čẽ]
	<u>curto</u>	

- b) a queda das oclusivas, quando se segue palavra iniciada por consoante, como em

/epãk/	'você segura'	[epi'i'k]
/epã ka ya'e/	'segura naquela panela'	[epi,i ka ča'čẽ]
/ãiyãk/	'eu vejo'	[ãy'čãk]
/ãiyã yieye yãwãroo/	'vi onça muitas vezes'	[ãyčãcyẽ.čẽčãwãro'o]

- c) a assimilação ou queda das consoantes nasais finais diante de palavra iniciada por consoante, como em

/ak <sup>w</sup> ãam/	'ele sabe'	[akwã <sup>m</sup> ]
/akwãã matan/	'ele quer saber'	[akwã <sup>m</sup> matã <sup>n</sup> ]



/áwirāpan/ 'arco' [iwiĩrãpã<sup>n</sup>]  
 /áwirāpẽ poko/ 'arco comprido' [iwiĩrãpã<sup>m</sup>poko]

d) as mudanças que ocorrem com as consoantes iniciais dos morfemas patan 'futuro imediato', poko 'comprido', pam 'passado imediato' e kãto 'bem, bom, bonito';

e) a supressão da sílaba final de vocábulos paroxítonos quando a esses se segue poko, como em

/mani<sup>7</sup>a poko/ 'mandioca comprida'  
 /iãpĩ moko/ 'cabeça comprida'  
 /hawoko/ 'folha comprida'

Apesar de nos terem sido apresentados casos específicos, consideramos que tais casos poderiam ser tratados globalmente, e partir de determinados princípios, quais sejam:

- 1) o léxico de uma língua é constituído de unidades significativas, isto é, de signos no sentido saussuriano, e, visto que a noção de morfema como unidade significativa mínima se revela incompatível com o fato de que em línguas naturais há morfemas desprovidos de significado, não se deve identificar signo e morfema; ao contrário, o signo gravita em torno da palavra;
- 2) no léxico, a representação da palavra e, conseqüentemente, de seus elementos internos (morfemas) se faz através de formas básicas;

- 3) as formas alternantes de um morfema fornecem uma indicação para a escolha da forma básica, isto é, se uma forma aparece com uma configuração constante, sua representação básica é essa configuração, exceto para aquilo que pode ser atribuído a processos fonéticos automáticos.

Os princípios aqui expostos integram a teoria gerativo-transformacional nas visões que dela forneceram Kiparsky<sup>4</sup>, que discute o grau de abstração das representações morfofonêmicas, e Aronoff<sup>5</sup>, que leva avante a hipótese lexicalista de Chomsky<sup>6</sup>. A utilidade desses princípios na resolução dos problemas focalizados pode-se fazer sentir, se considerarmos que:

- a) se a palavra é, por excelência, o signo, o valor psicológico a ela atribuído deve pesar no momento em que se coloca a escolha entre diferentes representações na escrita para uma mesma palavra e uma representação na escrita para essa mesma palavra;
- b) se as formas que constam no léxico são formas básicas, sobre eles atuam regras fonológicas, regras que o falante nativo intuitivamente conhece e que relacionam as formas básicas às seqüências sonoras produzidas;
- c) se a palavra é, por excelência, o signo, deve-se ter o cuidado de, ao se fazer a escolha para a sua representação na escrita, não iguellar os fenômenos de junção interna - junção morfológica - aos de

juntura externa mesmo que, na língua, fenômenos de juntura (externa e interna) sejam resultado da aplicação de uma mesma regra fonológica.

Pelas considerações feitas acima, é possível notar que não visamos, pura e simplesmente, a uma transposição para a escrita daquilo que se considera estar no léxico de uma língua. Assim é que, no caso do Tapirapé, temos, por exemplo, a palavra 'filho' representada no léxico como

memát + ã      'filho'  
ter filho nom.

e a palavra correspondente a 'ter filho' representada nesse mesmo léxico como

memát      'ter filho'

Esse fato, além de não ser decisivo para a fixação na escrita da palavra para 'filho' como mematã, sequer a justifica, pois nunca se tem tal realização, quando se trata da palavra correspondente a 'filho' em Tapirapé; o que se tem é a forma memarã 'filho', resultante da passagem a [r] de /t/ em final de raiz seguido do morfema nominalizador /-ã/. E, de acordo com as considerações (a) e (c), que dão ênfase ao valor psicológico da palavra, é a última forma que deve contar na escolha de uma representação gráfica para 'filho' em Tapirapé, embora, pela consideração (b), não devam estar no léxico segmentos obtidos através da aplicação de regras fonológicas a formas básicas.

Assim, através das considerações (a), (b) e (c), que são decorrentes dos princípios anteriormente expostos, visamos tão somente ao estabelecimento de uma grafia mais próxima daquilo que, dentro da teoria gerativo-transformacional, se costuma chamar de "intuição do falante nativo". Para tanto, fornecemos para os casos

problemáticos a nós apresentados sugestões baseadas nos princípios e considerações mencionados, submetendo cada sugestão a teste na escola.

Sugestões apresentadas:

- 1) o /t/ em final de palavra que passa a r deve ser mantido na escrita; justificativas: sua realização como [r] é feita automaticamente pelo falante e sua substituição por r na escrita afetaria desnecessariamente a imagem gráfica da palavra<sup>7</sup>;
- 2) as consoantes oclusivas em final de palavra que sofrem queda devem ser mantidas na escrita; justificativas: sua supressão é realizada automaticamente pelo falante; sua ausência na forma escrita afetaria, sem maiores ganhos, a imagem gráfica da palavra.
- 3) as consoantes nasais que sofrem assimilação ou queda diante de palavra iniciada por consoante devem ser mantidas na escrita; justificativas: as mesmas dadas anteriormente;
- 4) as mudanças que ocorrem com as consoantes iniciais dos morfemas patan, poko, pam e kãto não necessitam ser representadas na escrita; justificativas: além das mesmas dadas anteriormente, há o fato de que "a mudança da consoante inicial dos morfemas patan, po-ka, pam e kãto é facultativa, podendo-se usar em todos os casos as formas patan, pam e kãto"<sup>8</sup> porque es

tá havendo uma "desnasalação progressiva das vogais finais"<sup>9</sup>, o que tenderá a fazer com que desapareça a alo morfia das formas em questão, "fixando-se as formas patan, poko, pam e kãto<sup>10</sup>.

5) a supressão da sílaba final ou da vogal final de vocábulos paroxítonos seguidos de poko poderia ser indicada na escrita por meio do apóstrofo; no entanto, esse sinal já é utilizado para a representação gráfica da consoante glotal; seguindo, pois, os critérios adotados, sugerimos a grafia completa dos vocábulos em questão, uma vez que os falantes são capazes de realizar, ao ler, a queda da última sílaba; assim:

ESCRITA		PRONÚNCIA
hawa poko	'folha comprida'	[hawo'ko]
etãmã poko	'casa comprida'	[etãmõ'ko]
iãpine poko	'cabeça comprida'	[iã, pĩmo'ko]
maniʔaka poko	'mandioca comprida'	[mani,ʔa po'ko]

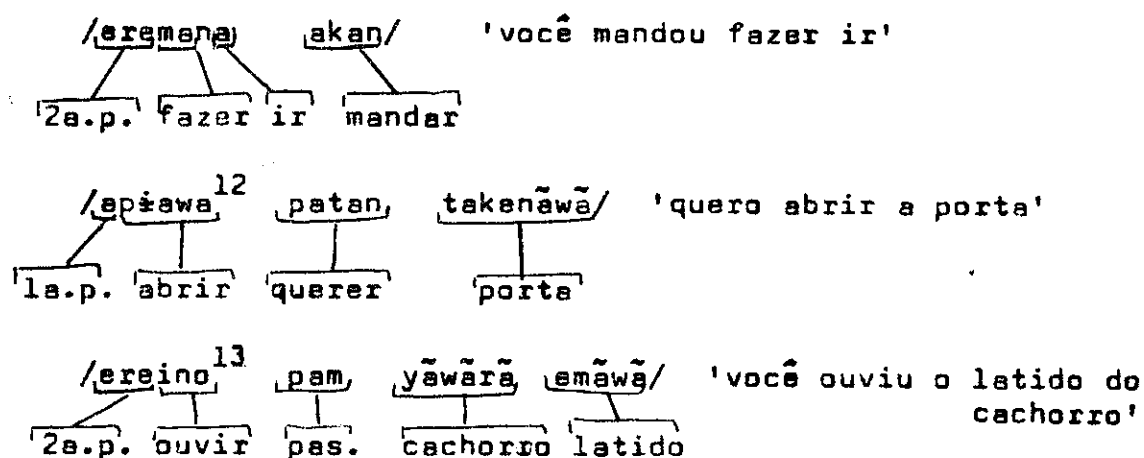
Para os casos apresentados, foram sugeridas soluções imediatas, isto é, indicamos quando uma mudança morfofonêmica deveria ou não ser representada na escrita. Contudo, dever-se-á, mais tarde, realizar um estudo mais aprofundado sobre o sândi em Tapi rapé<sup>11</sup> a fim de se tentar não propriamente a verificação dos princípios que sustentaram as sugestões propostas, mas a descrição do fenômeno, a previsão dos condicionamentos que acarretam as mudanças morfofonêmicas verificadas e o estabelecimento das regras que

vão dar conta do problema.

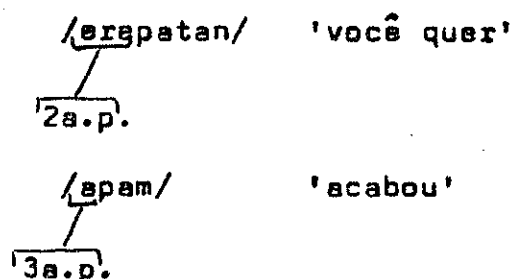
## 2.4 Palavra ou afixo?

### 2.4.1 Patan, pam e akan

Os educadores levantaram a questão do status formal dos morfemas patan 'futuro imediato', pam 'passado imediato' e akan 'mandativo', que ocorrem em enunciados como



Segundo Leite, no caso de patan e pam tem-se, ao que parece, um caso especial de composição ou sintagma nominal (§ic), dada a mudança facultativa da consoante inicial desses morfemas<sup>14</sup>. Reforçando essa hipótese, há o fato de que as formas patan e pam podem ocorrer com prefixos referenciais<sup>15</sup>, assim:



No entanto, akan 'mandativo' nunca ocorre com tais prefixos, embora possua a mesma distribuição de patan e pam.

De acordo com os critérios utilizados para a identificação de palavra e afixo - critérios expostos em 1.1 -, tentamos verificar se as formas em questão poderiam ser consideradas como modificadores de palavra.

A forma que, nos enunciados observados, precede patan ou akan é constituída de um marcador de pessoa, que expressa o agente, seguido de uma raiz. Esse tipo de marcador é considerado como prefixo, consideração que encontra apoio no fato de que é um elemento não-nuclear obrigatório e modificador de raízes, isto é, de uma série de elementos nucleares. Assim, a forma que precede patan ou akan pode ser atribuído o status de palavra, a patan e akan a condição de formativo modificador de palavra e, conseqüentemente, de unidade com idêntica autonomia formal.

Evidentemente, considerar patan, pam e akan como palavras nos enunciados observados implica considerá-los palavras em qualquer enunciado, a menos que se tenha provas de sua ocorrência entre elementos que são sabidamente formas presas.

#### 2.4.2 Os pronomes pessoais dependentes

Levantou-se a questão de se considerar como prefixo ou palavra uma série de marcadores que não indicam necessariamente sujeito oracional e que podem ser usados com "nomes", com os chamados "verbos estativos", com "verbos transitivos" e "intransitivos". Em Tapirapé, tais marcadores são encontrados em enunciados como

[če'pa] 'minha mão'

[če'ká)ñ] 'estou sujo'

i'ká?ã 'está sujo'  
 ċe'řowΛ 'meu pai'  
 ċe'řop 'tenho pai'  
 ċeřu'kã 'ele bate em mim'

sendo que esses mesmos marcadores apresentam a mesma distribuição do "nome", como se pode observar em

ESCRITA	TRANSCRIÇÃO FONÊMICA	
Miguel ãpina	/migeu ã'pina/	'cabeça de Miguel'
konomi ãpina	/konomi ãpina/	'cabeça do menino'
xe ãpina	/ye ãpina/	'minha cabeça'
xane ãpina	/yane ãpina/	'nossa cabeça'

Tal fato nos levou a considerá-los não como prefixos, mas como "pronomes pessoais dependentes", isto é, pronomes que não podem ocorrer como formas livres do discurso. De esse modo, sugerimos que fossem escritos separadamente. Abrimos, porém, uma exceção para o marcador que indica '3a. pessoa', uma vez que entre os alomorfes para essa pessoa estão /h/ e /t/, que:

- a) podem ser interpretados como morfemas com a mesma distribuição do prefixo relacional r: (o que também ocorre com o outro alomorfe /i/ '3a. pessoa');
- b) mesmo sendo interpretados como morfemas com a mesma distribuição do "nome"<sup>18</sup>, levariam ao "incômodo"<sup>17</sup> de se ter de escrever separadamente uma única consoante.

Assim, teríamos:

ESCRITA	TRANSCRIÇÃO FONÊMICA	PRONÚNCIA
xe pa	/yepa/	[ċe'pa]



xe rowa	/yerowa/	[če'rowã]
Miguel ãpina	/migew ãpinã/	[migew ã'pinã]
konomi ãpina	/konomi ãpinã/	[konomi ã'pinã]
towe	/towã/	[t'owã]
iãpina	/iãpinã/	[iã'pinã]
hỹje	/hỹyã/	[hỹñã]

Evidentemente, tal sugestão, que não se aplica apenas aos marcadores que expressam a relação possessiva, implica uma reavaliação das construções a que, habitualmente, se dá o nome de "verbos estativos", "verbos transitivos", "verbos intransitivos" - construções em que também se fazem presentes os marcadores que estamos chamando de "pronomes pessoais dependentes". Uma boa evidência para essa reavaliação está no fato de que o r- 'relacional' que se encontra nos "verbos descritivos" ou "estativos" e que aparece em construções com "verbos transitivos" e "intransitivos", é o mesmo r- 'relacional' existente em construções possessivas. Essa evidência permite a suposição de que "são "pronomes pessoais dependentes" os marcadores de pessoa que, coincidindo formalmente com os "pronomes pessoais da relação possessiva, são utilizados com os "verbos estativos" ou "descritivos" e em certas construções com "verbos transitivos" e "verbos intransitivos"." 18

2.4.3 Os morfemas constituintes do "gerúndio"

Os educadores estavam interessados na separação ou não, na escrita, dos morfemas que, de acordo com a tradição em estudos Tupi, integram uma forma "verbal" que recebe uma terminação que



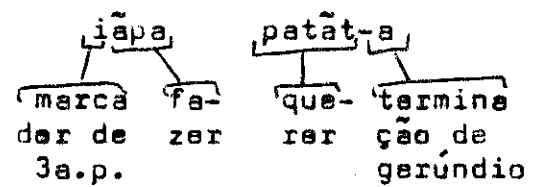
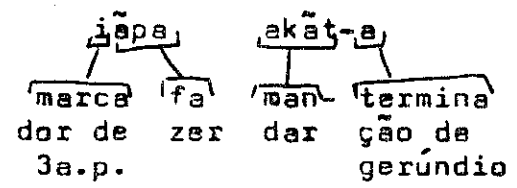
ESCRITA	TRANSCRIÇÃO FONÊMICA	
<u>wa</u> pinã ãityk   1.p.s.	/wepinã ãiták/	'perco meu anzol'
<u>ara</u> yãra ximaxerep   1a.p.pl.	/ara áãrã yimayerep/	'viramos nossa canoa'
<u>akyhã</u> , aixãk   3.p.sujeira	/akáhã aiyãk/	'ele olha a sujeira dele próprio'

Como os marcadores em questão são os mesmos que acompanham os "verbos" que recebem o sufixo de gerúndio, surge o problema de se tratar unitariamente ou não esses marcadores. Uma indicação para um tratamento unitário destes se encontra no fato de que no "gerúndio" pode aparecer o prefixo relacional r-, o mesmo que se faz presente em construções possessivas, nos "verbos estativos", em "verbos transitivos" e "intransitivos" e que pode levar a uma reinterpretação de todas essas construções<sup>24</sup>.

No que diz respeito à própria terminação do gerúndio (-wo para as raízes terminadas em vogal e -a para as terminadas em consoante), não se tem prova de que ele modifique palavra, sendo, consoante os critérios adotados para a identificação de palavra e afixo, uma forma presa, que se segue a uma raiz verbal. Além disso, há o fato de que o aparecimento da terminação do gerúndio implica uma morfofonêmica específica dessa forma, não se podendo falar, nesse caso, em realização fonética automática ou facultativa. Em outras palavras, a morfofonêmica do gerúndio fica caracterizada como caso de junção morfológica, e, segundo os princípios que adotamos, deve ser representada na escrita.

A determinação do status da terminação do gerúndio e dos

marcadores referenciais que acompanham essa forma é importante para a própria determinação do status dos morfemas que são matéria de preocupação dos educadores, visto que estes ocorrem entre aqueles. Por exemplo:



A terminação do gerúndio é um afixo, mas o marcador referencial, a nosso ver, não o é, embora tenhamos aberto uma exceção para a 3a. pessoa na escrita. Essa consideração não permite que afirmemos serem, por exemplo, os morfemas akāt- e patāt- raízes incorporadas; não ocorrem entre formas presas, e não ser que se considere que o sufixo de gerúndio esteja, nos exemplos apresentados, modificando ãpa. Sugerimos, então, que se escrevesse separadamente os morfemas patan, pam e akan seguidos da terminação de gerúndio. Por outro lado, tal consideração nos deixa com o problema de explicar por que não se tem algo como

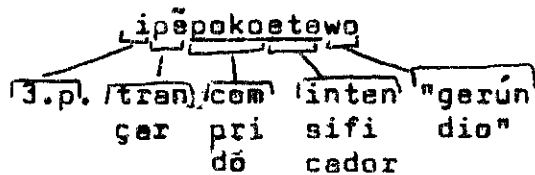
iãpawo ipatātã

isto é, uma terminação de gerúndio para cada uma das formas "verbiais" acima.

Uma hipótese que pode ser levantada é a de que a terminação -wo tenha sofrido síncope, por uma regra de sândi externo que faz com que -wo seja suprimido diante de segmento [+vocálico]. A presença de i- em ipatātã só se faz necessária quando a forma verbal precedente mantiver a terminação -wo, pois esta condiciona a

presença do marcador referencial i- na forma verbal seguinte. Sendo assim, a queda do -wo automaticamente provoca a queda do i-. Entretanto, essa hipótese necessita de testes, o que, dada a insuficiência de dados, não pudemos realizar. Por esse motivo, não tentamos explicar o problema da ausência da terminação do gerúndio em uma das formas "verbais" nas construções consideradas.

Outra questão surgida com relação ao "gerúndio" foi quanto à grafia de formas já anteriormente identificadas como palavras, mas que são seguidas da terminação de gerúndio. É esse o caso de poko e ete em, por exemplo,



Ao contrário da sugestão referente à grafia dos morfemas paten, pam e akan, entendemos que nesse último caso não se devem escrever separadamente as formas não "verbais" seguidas da terminação de gerúndio, apesar de estas terem sido identificadas em outro contexto como palavras: a terminação de gerúndio é um afixo modificador de uma raiz verbal<sup>22</sup>, e melhor será considerar po- ko e ete no exemplo dado como formas incorporadas.

#### 2.4.4 Posposição ou afixo casual

Outro problema surgido foi quanto a se considerar as formas pe 'em' e ipe 'em' como posposição ou afixo "casual", dada a possibilidade de alternância não previsível entre ipe e pe. Por exemplo:

/ãwáripe/        'na casa'  
 /ãwirãpe/        'na casa'

/luciaripe/ 'em Luciera'

/luciarã pe/ 'em Luciera'

No caso de ipa, pode este ser considerado afixo:

- a) modifica uma raiz;
- b) possui a mesma distribuição de -ã 'nominal'.

Quanto a pe, este não possui, a nosso ver, o status de afixo:

- a) não possui a mesma distribuição de -ã 'nominal';
- b) é um formativo modificador de palavra (raiz + afixo).

Ao que nos parece, o que está ocorrendo é uma transição lingüística no uso das formas pe e ipa, pois o emprego de uma ou de outra forma varia segundo a geração a que pertence o falante. Os antigos mantêm a alternância entre pe e ipe devidamente condicionada ao último segmento da raiz, isto é, ipe ocorre quando a raiz termina por consoante e pe, quando a raiz termina por vogal. Quanto aos falantes mais novos, estes aceitam indiferentemente a alternância em certos casos; em outros, essa aceitação se torna difícil, como, por exemplo:

[sã <sup>n</sup> tʌteřezĩnimɛ]	'em Santa Teresinha'
[sã <sup>n</sup> tʌteřezĩnipɛ]	'em Santa Teresinha'
*[sã <sup>n</sup> tʌteřezĩñãpɛ]	'em Santa Teresinha'
[brazil <sup>y</sup> ãpɛ]	'em Brasília'
*[brazilipɛ]	'em Brasília'

Nos casos em que a alternância é aceita de maneira aparentemente livre, tem-se, segundo os falantes, uma ligeira diferença semântica.

#### 2.4.5 A negação nã... i

Por coerência com a solução adotada em 2.4.2 para os marcadores de pessoa que não indicam necessariamente sujeito oracional, entendemos que a partícula nã da negação seria um formativo modificador de palavra e que, portanto, poderia ser separada na escrita. Quanto ao -i 'negação', embora não tenhamos obtido prova cabal de que fosse ele um modificador de palavra, entendemos que poderia ser feita alguma sugestão sobre a maneira de escrevê-lo, com base em determinadas considerações.

Seja, por exemplo, um enunciado como

ESCRITA

natyropatekãkwãagatoi 'ela não sabe lavar roupa bem'

Nesse enunciado, ao contrário de tyro 'roupa' - cuja incorporação pode ser provada pela sua ocorrência entre um prefixo pessoal e a taiz - não se pode provar que os morfemas kwãam e kãto sejam formas incorporadas, a menos que se recorra, para isso, à própria negação, que é o problema focalizado. Além disso, pode-se supor que kwãam e kãto, que possuem o status de palavra em outros enunciados (a propósito de kwãam, cf. 2.3), também o sejam no enunciado em questão.

Entre adotar uma hipótese - a de que kwãam e kãto são formas incorporadas - sem uma evidência a seu favor ou uma suposição que encontre apoio em certos fatos lingüísticos, preferimos a última: kwãam e kãto seriam palavras e, conseqüentemente, i 'negação' não seria afixo, e sim palavra.

Em decorrência de suposição adotada, surgiu a questão de

como seria representado na escrita o morfema *i* de negação, se por *i* ou *j*, já que o mesmo poderá ter duas realizações diferentes - [y] ou [i] - condicionadas pelo segmento precedente (se vogal ou consoante) ou mesmo por velocidades de fala diferentes (no caso de o segmento precedente ser uma vogal). Optamos pelo símbolo *i*, uma vez que, como já se viu em outros casos (cf. 2.3), o falante é capaz de realizar todas as mudanças decorrentes de junção vocabular previstas, independentemente da grafia adotada.

Uma última questão, porém, seria preciso resolver no âmbito da negação *i*, a da grafia da partícula *nã*. Como esta foi por nós considerada palavra, restava decidir se seria grafada:

a) sempre como *nã*;

b) como *nã* e *n*, dependendo do primeiro segmento da palavra que se lhe seguisse imediatamente.

Em face das conclusões a que chegamos a propósito dos fenômenos de junção vocabular, entendemos que a grafia da partícula em questão devia sempre ser *nã*. (Por outro lado, a adoção de uma grafia *n*, alternando com *nã*, traria apenas o "incômodo" de se ter na escrita uma consoante isolada.) Assim, em termos dos resultados a serem obtidos na leitura, poder-se-ia optar tanto pela alternativa (a) quanto pela (b). Fomos contrárias, apenas, à utilização do hífen no caso de se escolher a alternativa (b): consideramos que o hífen deve ser guardado para a necessidade de se representar na escrita a composição vocabular - que é um fenômeno comum a todas as línguas.

De acordo, pois, com as sugestões apresentadas para a negação *nã... i*, esta não mais seria vista como um morfema constituído de afixos descontínuos, e sim como uma dupla negação. E, retomando-se o exemplo anteriormente apresentado, ter-se-ia na



escrita

nã atyropatokã kwãam kãto i

ou

n atyropatokã kwãam kãto i

### 3 UMA PROPOSTA DE GRAFIA: PATĀT

O primeiro teste que realizamos constava da leitura de uma palavra isolada<sup>23</sup>, por exemplo,

exat 'chege!'

e do ditado dessa palavra seguida de outra cuja grafia não tínhamos mostrado aos alunos; assim:

ESCRITA	TRANSCRIÇÃO FONÊMICA	PRONÚNCIA
exat iexãka	/exar ieyãkã/	[exãrie'čãkã]

Esse teste tinha por objetivo verificar se os alunos manteriam a mesma grafia para a palavra que haviam lido, independentemente da realização dessa palavra em contexto específico. Tratava-se, em suma, de testar as relações entre escrita e pronúncia nos casos de sãndi externo.

Nesse teste, todos os alunos, ao lhes ser ditado o enunciado

[ak<sup>w</sup>ã,ã<sup>m</sup>matã<sup>n</sup>] 'ele quer saber'

escreveram a terminação do morfema que em Tapirapé significa 'querer' como ãt, ao invés de ãn. Tal fato nos levou a verificar

nos testes subsequentes a leitura do morfema /patan/ 'querer', grafado patãt, devidamente contextualizado. Os resultados dos testes apontaram para uma revisão da grafia dos morfemas terminados em /am/ e /an/ e que se encontram em posição de fronteira vocabular, passando estes a ter o seu final grafado, respectivamente, como ãp e ãt.

4 NOTAS

- 1 USPENSKY, B. Principles of structural typology. Janua Linguarum, Nr 62, Paris, Mouton, 1968. p.43-49
- 2 LEITE, Yonne de Freitas ~~Leite~~. Aspectos da fonologia e morfologia Tapirapé. Série Lingüística do Museu Nacional nº8, 1977.
- 3 Essa é a interpretação que fornecem REED & LEITE.  
REED, W. David & LEITE, Yolanda. The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: standard Paulista dialect. In: PIKE, K. L. Phonemics: a technique for reducing languages to writing. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1947. p.194-202.
- 4 KIPARSKY, Paul. How abstract is phonology? Indiana University Linguistic Club, 1968. mimeo
- 5 ARONOFF, Mark. Word formation in generative grammar. Cambridge, Mas. The MIT Press. 1975
- 6 CHOMSKY, Noam A. Remarks on nominalization
- 7 As sugestões que damos referem-se aos casos de junção externa; porém as afirmações que fazemos não deixam de lado a junção interna, e por elas, por exemplo, /memará/ 'filho' será grafado como memyre.

- 8 Cf.: LEITE, 1977, p.13
- 9 Cf.: LEITE, 1977, p.17
- 10 Idem
- 11 Um estudo aprofundado do sãndi em Tapitapé permitiria o esclarecimento de um caso duvidoso como aquele em que se tem o morfema/poko/ 'comprido' como segundo elemento de um sintagma: trata-se realmente de um caso de junção externa ou um caso de composição vocabular, seguindo-se o morfema em questão a uma raiz?
- 12 De acordo com as sugestões dadas em 2.3, na escrita ter-se-ia apiewak '1a. p. - abrir'.
- 13 De acordo com as sugestões dadas em 2.3, na escrita ter-se-ia ereinop '2a. p. - ouvir'.
- 14 Cf.: LEITE, 1977, p.13
- 15 Idem, ibidem
- 16 Nesse caso, o prefixo relacional r- seria um morfema com restrições de ocorrência, isto é, não ocorreria com a 3a. pessoa.

- 17 O incômodo aqui é relativo: para o português não se tem esse caso, que é, contudo comum para outras línguas.
- 18 MONSERRAT, Ruth M.F., SOARES, Marília L. C. Facó & SOUZA, Tania C. C. Categorias Lexicais em línguas Tupi.  
Inédito.
- 19 LEITE, Yonne de Freitas ~~Leite~~ Notas sobre a língua Tapirapé (Família Tupi-Guarani). Texto datilografado constante do Arquivo Lingüístico do Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional.
- 20 Idem, ibidem
- 21 Cf.: MONSERRAT, Ruth M. F., SOARES, Marília L. C. Facó & SOUZA, Tania C. C. Categorias lexicais em línguas Tupi.
- 22 A partícula ekan 'mandativo' cuja interpretação ainda não está clara, constitui, aparentemente, uma exceção à regra de formação do gerúndio.
- 23 Após a leitura, o professor Luiz apagava imediatamente a página em questão.